Guerra do Pinto

Síntese

Gen. Raimundo Teles Pinheiro

Nas primeiras décadas do século XIX predominavam no meu Cariri, como de resto em todo o Brasil, os clãs agropecuaristas, possuidores de latifúndios, fruto do sistema colonial português das sesmarias, implantado na América Portuguesa. E, com as Revoluções Americana e Francesa despontaram o liberalismo e a República antagônicos da monarquia e do absolutismo, combatidos pelas sociedades secretas, particularmente da Monarquia, originária da Inglaterra e, por extensão, da França.

E essas ideologias liberais foram cultivadas, incentivadas, pregadas e divulgadas à farta pelas lojas maçônicas e o Seminário de Olinda, viveiro de padres e liberais (veja-se o número de padres implicados na Revolução de 1817).

E por essas razões e as ligações existentes, chegaram ao Cariri essas ideologias pregadas e propagadas pelos Alencares, e combatidas pelos conservadores fiéis ao sistema monárquico, estabelecendo-se, em conseqüência, um clima de atritos, exacerbado após a abdicação de Pedro I, que veio alimentar velhos ódios existentes entre cratenses e jardinenses, onde fomentavam velhos ódios oriundos dos movimentos revolucionários de 1817 e de 1824.

Sangravam ainda as cicatrizes produzidas pelas perseguições aos liberais do Crato, particularmente aos Alencares, pelos realistas-absolutistas jardinenses polarizados na pessoa do caudilho Joaquim Pinto Madeira (nascido no sítio Coité, em Barbalha, mas atuante na vila de Jardim, cuja autonomia, desmembrado do Crato, foi conquistada pelo Sargento-Mor José Alexandre Correia Arnoud, adversário de José Pereira Filgueiras, Capitão-Mor do Crato, por

Alvará de 30 de agosto de 1814, mandado executar por Portaria de 02 de janeiro de 1816. (A vila do Crato fora criada por Portaria de 15 de agosto de 1762, e inaugurada em 21 de julho de 1764, dela originando-se todos os atuais Municípios Caririenses).

Isto posto, tentemos fazer uma síntese da "Guerra do Pinto".

Abdicando D. Pedro I num clima excessivamente tenso, velhos ódios dos liberais pelos conservadores absolutistas recrudesceram e seguiram-se as caças às bruxas.

Em 06 de junho de 1831, achando-se reunida extraordinariamente a Câmara do Crato, demitiu o Ouvidor da Comarca e outras autoridades, bem como abriu um requerimento do povo e tropa pedindo a prisão de Pinto Madeira e aclamando D. Pedro II nos seguintes termos: "Art. 1.º .... Art. 8.º — Que Pinto Madeira e outros do seu séquito fazem-se dignos de mui sábias medidas e espera-se que V.V.S.S. de uma vez nos livrem de tão horrorosos monstros com aquelas providências que mais exige o caso" ... Esses fatos iriam dar início a acontecimentos dramáticos em toda a Província e circunvizinhanças.

As Resoluções da Câmara do Crato foram duras e constituiram-se em desafio ao chefe corcunda Jardinense Joaquim Pinto Madeira; a Câmara Jardinense aderiu à do Crato e outras, entretanto as adesões de última hora não inspiram confiança; a sorte fora lançada no Crato, e para a deflagração da luta aguardava-se apenas a atitude de Joaquim Pinto Madeira e do seu principal aliado, o vigário Antônio Manuel de Souza.

A vila do Crato mobilizava-se ostensivamente, e Pinto Madeira sentiu que lhe fugia terra dos pés, de vez que pela primeira vez iria lutar contra o governo central, contra a legalidade implantada, ao contrário de 1817, 1822 e 1824, quando combateu com todas as forças ao lado da autoridade reinante, contra os republicanos; e por isso pensou em afastar-se do Ceará, cujo governo provincial aceitou a situação que foi sancionada.

A 4 de julho, já na Regência, outro golpe atingiu Pinto Madeira; fora cassado o Decreto de 1.º de outubro de 1827, que o elevava ao posto de Coronel do Batalhão número 78 de 2.ª linha do Exército, sob o pretexto de ter sido ele promovido ilegalmente.

O Governo do Ceará (interino Castro e Silva) mandou emis-

sário ao Cariri — o comandante das armas Tomaz Antônio da Silveira — em plena efervescência, para evitar a próxima tempestade, sem que nada obtivesse um benefício de uma pacificação, e sugeriu que fosse colocada no Crato uma força de 60 praças de 1.ª linha, comandada por um oficial de conceito; e o governador em exercício (Rocha Lima) ordenou ao Ouvidor do Crato que procedesse a uma devassa contra os habitantes de Jardim, "o que provocou conflito armado entre as duas localidades caririenses de relações políticas já muito tensas".

Pinto Madeira, partidário dos "Restauradores", que desejavam a volta de D. Pedro I ao Brasil, em face desses fatos inquietantes, quis afastar-se do Ceará, mas cedeu às instâncias do vigário Antônio Manuel de Souza, que lhe prometeu apoiá-lo com todo o seu prestígio; e Pinto Madeira, mais por esses motivos do que por intuitos restauradores patrióticos, jogou a sorte preferindo a luta...

A partir daí começaram as hostilidades; os dois alistaram grandes contingentes de sertanejos, os quais, por carência de armas de fogo, armaram-se de cacetes, em cujo manejo eram exímios, e o Padre Antônio Manuel ia benzendo-os aos montes e mesmo nas matas, tornando mais rápido o seu serviço, pelo que ganhou o apelido de padre "benze-cacetes"; e ambos foram apoiados pela Câmara de Jardim, que antes aderira à Regência...

Teria esse movimento, que ensangüentou o Sul do Ceará, caráter nitidamente restaurador? Não se pode negar o papel provocante da Câmara do Crato manejada pelos antigos e rancorosos inimigos do Chefe corcunda Jardinense e teve ele que optar pela fuga do Ceará ou aceitar o desafio dos seus adversários, e tomada a decisão de aceitar a luta, que seria dura e havia esperança de vitória, e sua bandeira teria que ser, naturalmente, a da *Restauração*. uma vez que a Regência, aparentemente fraca, teria que fracassar e Pedro I voltaria ao Brasil, como indica correspondência hoje conhecida (Carta do Conde de Vila Flor, datada de 27 de fevereiro de 1832, da Ilha Terceira). No sítio Coité funcionava uma filial da "Coluna do Trono", sociedade secreta restauradora com filiais em Pernambuco e Parnaíba, onde tinha adeptos.

No Crato a mobilização prosseguia, e a Câmara tomou a si a total responsabilidade da campanha antipintista e, à medida que

a luta se aproximava, crescia o nervosismo; e a Câmara que acendera o estopim parecia esmorecer em face da calamidade iminente, e não possuía mais o Crato os líderes do porte de Tristão Gonçalves e de Pereira Filgueiras, ao contrário de Jardim, que possuía chefe de confiança. E Jardim tomou a iniciativa das operações, em face do estopim aceso com a execução da devassa mandada proceder pelo Governador em exercício (Rocha Lima) a 23 de agosto. E a ação começou: as duas vilas, simultaneamente, tomaram a iniciativa de atacar o reduto contrário. A força do Crato foi confiada ao antigo veterano das lutas da Independência — o tenente Luiz Rodrigues Chaves — que enfrentou as forças Jardinenses no sítio Buriti, nas vizinhanças de Barbalha (27 de dezembro); a luta foi rápida, e Pinto Madeira à frente de 2.000 homens (ou 3.000 como ele diria na Proclamação de 02 de janeiro), bateu facilmente as forças cratenses, que recuaram em direção a Icó, com os flancos protegidos pelo potentado Manuel de Barros Cavalcante, antigo companheiro de Filgueiras na expedição independentista ao Maranhão. E as hordas pintistas entraram na vila derrotada aos 28 de dezembro, e cometeram os maiores desatinos. E Pinto Madeira, no calor do triunfo, lançou um manifesto (02 de janeiro de 1832) não só aos caririenses ou mesmo aos cearenses, mas aos brasileiros em geral, o que indica eloqüentemente a sua adesão à causa da *Restauração*. Inebriado com o triunfo, julgou-se Pinto Madeira vencedor da refrega que mal se iniciara, e daí a fanfarronice do final da Proclamação no Crato: "se eu avançar, sigam-me; se eu fugir, matem-me; se eu morrer, vinguem-me".

Deslumbrado com a vitória, Pinto Madeira preparou e executou a marcha para Icó, onde se refugiaram os cratenses de Luiz Rodrigues Chaves, e de lá seguiram para Fortaleza, desejando repetir o feito de Pereira Filgueiras, em 23 de janeiro de 1823, quando consolidou a Independência no Ceará.

Mas o Presidente José Mariano de Albuquerque não dormia e no dia 22 de janeiro de 1832 expediu para Icó o comandante Francisco Xavier Torres com tropa regular a fim de combater os amotinados, e no dia 06 de fevereiro, no lugar Várzea Alegre, próximo a Icó, deu-se o encontro e a luta foi sangrenta e dura, forçando Pinto Madeira a retroceder para o Cariri. Em seguida três

colunas legalistas, sob o comando respectivo de Canuto José de Aguiar, Agostinho José Tomaz de Aquino e de Antônio Cavalcante seguiram em perseguição do caudilho fugitivo. Pinto Madeira rearmou-se, organizou sua tropa e conseguiu infligir sangrenta derrota em Barbalha a Antônio Cavalcante, que perdeu 100 homens de suas forças e, dias depois, os pintistas ainda conseguiram vencer os legalistas em Limoeiro, na serra de São Pedro.

Com essas vitórias criou novo alento o chefe corcunda e marchou novamente para Icó, onde já se achava Xavier Torres com 300 soldados.

A 04 de abril os pintistas investiram contra os seus defensores, destroçando-os; mas os vencedores entregaram-se aos maiores desatinos, ao saque e a bebedeira desenfreada. Sabedor do fato Xavier Torres reorganizou suas tropas, retrocedeu sobre Icó e esmagou facilmente os pintistas com inesperado ataque: mais de 100 revoltosos foram mortos e quase o dobro ferido, o que constituiu uma vitória decisiva para o final da Guerra do Pinto (vinte presos pintistas enviados a Fortaleza pelo cap. F. de Almeida Galucho foram barbaramente torturados e assassinados em Jaguaribe); nunca mais o caudilho Jardinense conseguiu rearticular-se, e o pior viria em seguida, com a chegada do próprio Presidente José Mariano ao teatro da luta, e no dia 10 de abril encabeçaria a refrega até extinguir a revolta quase totalmente: Em 13 de junho, entre Assaré e Santana do Cariri (Cachoeirinha), forças legalistas do Major Francisco Fernandes Vieira, posteriormente Barão do Icó, destroçaram forças pintistas chefiadas pelo cabecilho Queirós; em Missão Velha, no lugar que ficou denominado Emboscada, o próprio José Mariano destroçou os pintistas aos 22 de junho, seguindo-se o encontro de Santa Catarina, quando as tropas de Pinto Madeira dispersaram-se; a 24 de junho José Mariano retomava o Crato e a 08 de julho ocupava Jardim, parecendo ter chegado ao fim a resistência do ultraconservador Pinto Madeira e do vigário Antônio Manuel de Souza, que no fim de julho quase cairam nas mãos dos seus perseguidores.

Antes, a 07 de julho de 1832, a Regência decidiu agir diretamente contra os restauradores cearenses e nomeou o General Pedro Labatut para chefiar a expedição ao Ceará, onde chegou ele a 23

de julho comandando 200 homens, quase todos negros; mas só a 31 de agosto chegaria ao teatro da guerra, que estava quase vencida por José Mariano, que passou o comando das operações e recolheu-se a Fortaleza, dando por finda a sua árdua e vitoriosa missão.

O Gen. Labatut, sem perda de tempo, dirigiu-se em setembro ao campo de operações no Cariri, aquartelando-se no sítio Correntinho e tratou de apaziguar os ânimos em ebulição: lançou proclamação aos rebeldes convidando-os a renderem-se mediante promessa de clemência, e a 12 de outubro estava definitivamente terminada a rebelião. Deu garantias aos vencidos e encaminhou os dois chefes rebeldes a Recife, com a finalidade de aceitar, no Ceará, massacre dos vencidos pelos seus inimigos sedentos de vingança (ver relatório do Gen. Labatut datado de 14 de outubro de 1832, do Crato).

Joaquim Pinto Madeira e o vigário padre Antônio Manuel de Souza peregrinaram pelos cárceres de Recife e São Luís, regressando a Fortaleza o primeiro em novembro de 1834, e de Fortaleza ao Crato, onde foi julgado e condenado à morte, em 26 do dito mês e executado aos 28, no Alto do Barro Vermelho, hoje denominado Pinto Madeira, não pelo crime de sedição, mas pela morte do legalista Joaquim Pinto Cidade, executado por Francisco Xavier Venero, comandante de uma vanguarda de Pinto Madeira no combate de Buriti em dezembro de 1831, na tomada do Crato.

Esse crime jurídico, cometido no início do Governo de José de Alencar — o grande administrador — foi um dos inomináveis crimes da história do Ceará...

O padre Antônio Manuel só regressou do Maranhão em 1837, quando os ânimos estavam serenados; foi julgado e absolvido. Morreu anos depois, cego e na miséria.

BIBLIOGRAFIA

— *Pequena História do Ceará* — Raimundo Girão — Ed. 1971
— *História do Cariri* — J. Figueredo Filho — Ed. 1966
— *História Militar do Ceará* — Eusébio de Souza — Ed. 1950
— *Efemérides do Cariri* — Irineu Pinheiro — Ed. 1963
— *Movimentos Políticos Militares do Crato* — R. Teles Pinheiro — *D.G.H. Esc. de Renato Braga* — Ed. 1967; *Revista Itaytera*, ano de 1968, e *Estudos Histórico-Militares e Outros Temas*, Raimundo Teles Pinheiro. Ed. 1977.
— *Esboço Histórico do Crato* — Raimundo Teles Pinheiro — Ed. 1959